

A TEORIA DO IMPERIALISMO E AS COMUNIDADES PRIMITIVAS NO PENSAMENTO DE ROSA LUXEMBURGO

Gabryela de Almeida Duarte Borges¹

RESUMO

Pretendemos discutir a teoria do Imperialismo de Rosa Luxemburgo a partir da contribuição da obra *A Acumulação do Capital* para o marxismo – considerando as implicações das categorias dos esquemas de reprodução do capital e as condições históricas da acumulação e seu impacto nas formas de vida não-capitalistas. Quanto às comunidades agrárias primitivas, discutimos como Rosa Luxemburgo elabora uma crítica à erradicação das formas de vida dessas comunidades, reflexão que configura um ponto de partida para se pensar outras formas possíveis de organização social tendo como base a cosmovisão de unicidade da vida social das sociedades não-capitalistas.

Palavras-chave: Imperialismo; Comunidades Primitivas; Marxismo; Economia Política

Área temática: História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

¹ Mestranda em Desenvolvimento Econômico. Unicamp/IE (CAPES).

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, houve uma retomada das ideias de Rosa Luxemburgo com vistas à renovação das perspectivas de esquerda², paralelamente a um esforço mais amplo de formulação de uma crítica imanente e interdisciplinar da teoria marxista que, de acordo com Schulman (2013), teria como fundamento o ímpeto transformador da “práxis revolucionária”. A vitalidade e relevância do legado de Rosa – que diz respeito tanto à dimensão econômica quanto à dimensão política do seu pensamento – estariam na sua oposição à tradição do marxismo dogmático (DELLHEIM et al, 2016).

Na dialética marxista³ de Rosa Luxemburgo, o marxismo enquanto ferramenta científica⁴ de investigação aparece conectado à função de mobilização social, de guia para a ação. Dessa perspectiva, o seu esforço de investigação científica enquanto teórica marxista, no plano econômico, é imprescindível não apenas na compreensão das contradições fundamentais do capitalismo, mas também para entender a sua atuação revolucionária no plano político.

A ênfase dada aos princípios democráticos, internacionalistas, antimilitaristas e emancipatórios em seus escritos e discursos políticos é o motivo pelo qual Rosa Luxemburgo se tornou figura emblemática dos movimentos de ressignificação democrática do socialismo. Seu pensamento revolucionário, orientado por ideias democráticas e fundamentado na concepção da ação criativa das massas, e sua crítica ao centralismo partidário, encontrou eco nos movimentos da esquerda das últimas décadas. Em suma, o marxismo revolucionário e libertário de Rosa Luxemburgo não deriva apenas da sua produção teórica, mas também da sua vivência política concreta, documentada nos textos de conjuntura (SCHULMAN, 2013; LOUREIRO, 1995; PIOZZI, 1991).

Nessas bases, o intuito deste trabalho é expor teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo assim como a sua interpretação sobre as sociedades comunistas pré-capitalistas afastando-se das interpretações usuais mais consagradas – como a de seu biógrafo John Peter Netti⁵ – que dissociam inteiramente as dimensões econômica e

² O entendimento de Rosa Luxemburgo de que a superação do capitalismo só poderia ocorrer mediante um processo democrático de participação ampla da sociedade, que envolvesse a maioria oprimida, além de ser um componente que atravessa gerações de esquerda – e precisamente por esse motivo –, é um ponto de partida (com suas ressalvas) para se pensar a onda de movimentos civis que fundaram a Nova Esquerda e as demandas sociais que emergiram desses movimentos. O questionamento às estruturas de raça, gênero e privilégio econômico, a partir de uma concepção radical de democracia – em detrimentos das velhas formas de representatividade – definiram esses movimentos, que se opuseram à chamada Velha Esquerda do início do século XX, balizada pela luta de classes, no sentido mais restrito do termo – trabalhadores operários contra capitalistas –, e pela atuação dos sindicatos (GOSSE, 2005).

³ A dialética é usualmente tematizada na tradição marxista como: (i) um método científico de análise: a dialética epistemológica; (ii) um conjunto de leis e princípios que regem a realidade: a dialética ontológica; (iii) o movimento da história: a dialética relacional. No presente trabalho, a dialética marxista aparece em duas dimensões principais: (i) como uma concepção de mundo, em que as esferas da vida social (economia e política sobretudo) são vistas como não apartadas e como parte de uma totalidade concreta em que as relações entre o mundo e a razão – pensamento e ser, sujeito e objeto, teoria e prática – são parte de uma unidade: a vida social; (ii) como um movimento da história que tem suas raízes nas – e atua como agente das – mudanças nas relações históricas sociais de produção (BOTTOMORE, s/d).

⁴ O uso do termo científico não indica que Rosa Luxemburgo partilhe de uma visão de mundo “cientificista” ou “positivista”. Assim, utilizamos “científico” não para indicar a “autoridade” dogmática de um discurso, mas: i) por oposição ao socialismo utópico e ii) como conhecimento racional e fundamentado – que parte de um método, o marxismo – ligado ao esforço de pesquisa da autora.

⁵ John Peter Netti é autor de uma extensa biografia sobre Rosa Luxemburgo e considerado um dos seus mais importantes intérpretes. A sua posição é de que as dimensões econômica e política do pensamento de Luxemburgo estão quase que inteiramente dissociadas. Netti (1966) chega a sublinhar que existe uma contradição entre a “sofisticada dialética política” de Rosa e sua “posição algo esquemática em assuntos

política do pensamento da autora (KRÄTKE, 2015). Para tanto, é necessário entender como a fundamentação econômica que a autora deu ao fenômeno do imperialismo está vinculada a um esforço de refletir uma problemática concreta: a expansão do imperialismo europeu sob os continentes da África e Ásia.

Relativamente às comunidades agrárias primitivas, pretendemos entender como essas formas de organização da sociedade são um ponto de partida histórico no pensamento da autora para a crítica que encerra à política colonial imperialista, que deriva da ênfase na interconexão entre o desenvolvimento do capitalismo nas nações “desenvolvidas” e a destruição dessas formações comunais. A questão fundamental, no que concerne às comunidades primitivas, consiste em articular a unidade entre passado e futuro na prefiguração da práxis política moderna, não por meio da idealização do passado, mas do apontamento de que formas mais justas de organização da sociedade – do ponto de vista humano – seriam possíveis.

O ressurgimento do interesse pelos escritos econômicos de Rosa Luxemburgo, tradicionalmente negligenciados, é mais recente e está associado a um esforço de retomada da crítica da economia política, na cadência dos movimentos de renovação do marxismo. A sua contribuição econômica traz questões cruciais para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo e abre precedentes teóricos que fazem avançar o debate contemporâneo sobre o imperialismo. A *Acumulação do Capital*, sua obra magna, representa um esforço de retorno ao método de Marx e, de acordo com Lukács, simbolizou um dos momentos de renascimento teórico do marxismo no início do século XX. Para entender a afirmação de Lukács, de acordo com Park (2016), é necessário compreender o retrato que a autora fornece da totalidade do desenvolvimento econômico e político do capitalismo e das condições materiais de superação da sociedade burguesa-industrial.

A contribuição dessa obra à teoria marxista está na identificação das raízes econômicas da política imperialista e seu movimento de dominação das economias não-capitalistas. N’*A Acumulação do Capital*, a autora teoriza os limites próprios da expansão do capital através da análise dos fatores econômicos que condicionam o imperialismo, a qual se dá partir de uma “investigação detalhada dos métodos com os quais economias não-capitalistas são transformadas em economias capitalistas” (KRÄTKE, 2015, p. 84).

A nossa discussão será realizada em duas seções. A primeira será relativa à leitura da autora sobre fenômeno do imperialismo e à tendência do capitalismo de se impor como forma universal. A segunda apresenta uma discussão sobre as comunidades primitivas, que se dá em duas vias: primeiramente, parte de entender essas comunidades enquanto ponto de partida da crítica ao capitalismo e da sua teoria do imperialismo; segundo, de como a autora se referencia nas comunidades primitivas para o vislumbre de novas formas de organização da sociedade.

1. A LEITURA DE ROSA LUXEMBURGO SOBRE O FENÔMENO DO IMPERIALISMO

Não há dúvida de que a tendência desenvolvimentista da produção capitalista a penetrar nos países não-capitalistas se manifesta no mesmo instante em que aquela surge no cenário histórico [...], ganhando cada vez mais em

econômicos: “There is thus an innate contradiction between Rosa Luxemburg’s sophisticated dialectic and her rather schematic – or Menshevik – position on economic matters.” (NETTL, 1966, p.217).

importância, até converter-se, por fim [...], no fator predominante e decisivo da vida social (LUXEMBURGO, 1976, p.434).

Rosa Luxemburgo entende o imperialismo como um “grande e emaranhado complexo de fenômenos” e se empenha em investigar as raízes econômicas das relações nas quais está fundamentado, as leis de acumulação do capital. Em *A Acumulação do Capital*, ao contrário de Marx, em *O Capital*, a autora não expõe a lógica da forma-mercadoria e da produção de valores em um nível abstrato, mas a partir da narrativa histórica dos fatores que conduziram o processo de constituição e de continuação da economia capitalista. Luxemburgo parte dos esquemas de reprodução do capital para chegar a uma exposição concreta do problema da reprodução e das condições históricas da acumulação, a fim de ilustrar que, para além de um esquema abstrato, o edifício teórico de Marx possuiria uma existência real social objetiva.

O objetivo de Rosa, no entanto, não é escrever a história do capitalismo, mas discutir as categorias centrais presentes n’*O Capital* a partir de uma abordagem histórica. O problema central da acumulação, para a autora, reside em identificar de onde proviria a demanda para uma quantidade crescente de mercadorias, as quais não seriam consumidas nem pelos trabalhadores – cujo consumo se reduz ao mínimo socialmente indispensável para a reprodução da sua força de trabalho –, nem pelos capitalistas – partindo do ponto de vista do capital global e não dos capitalistas individuais⁶. Para Rosa Luxemburgo, essa demanda viria de uma terceira categoria – representada pelas regiões não-capitalistas do globo –, que se desenvolveria à margem da produção capitalista e que, não obstante, forneceria um mercado para as mercadorias capitalistas (p. 427). Esse constitui o cerne do problema da acumulação para a autora e representa o ponto de partida da sua crítica à suposição teórica, que atribui a Marx, de que o mundo comercial seria equivalente a uma grande nação capitalista global.

A oposição a Marx n’*A acumulação do Capital* está centrada, primeiramente, em uma crítica complexa aos esquemas de reprodução propostos no volume II d’*O Capital*⁷. O argumento da autora é de que não seria possível explicar a economia capitalista sob a suposição de uma economia mundial capitalista, ou seja, composta apenas por capitalistas e trabalhadores assalariados. Embora reconheça que a premissa de Marx é apenas um artifício teórico do qual faz uso para facilitar e simplificar a sua investigação – e não por acreditar que o capitalismo impere sob um regime único e exclusivamente capitalista –, Rosa Luxemburgo via nessa suposição a inconveniência de não refletir o fenômeno que, para ela, expressaria a totalidade concreta do capitalismo e “o verdadeiro processo histórico da evolução capitalista” (p.432): o imperialismo. Ao rejeitar o pressuposto da sociedade capitalista mundial, Luxemburgo não pretende se apartar dos fundamentos de Marx, mas dar uma solução a um problema o qual o próprio Marx não teria tido tempo de tocar, conforme sublinha a autora – o da acumulação do capital global –, e cujo esclarecimento teria ficado “reservado a seus discípulos” (p. 433, trecho adaptado):

não houve jamais [...] um único país em que impere, com caráter único e exclusivo, a produção capitalista [...]. Essa sociedade ajustada às premissas do segundo volume de *O Capital* não existe, nem jamais existiu, na realidade histórica concreta (LUXEMBURGO, 1976, p.434).

⁶ Capitalistas enquanto categoria cujo todo difere da soma das partes.

⁷ Vale ressaltar que uma das principais críticas à teoria do imperialismo de Luxemburgo e à forma como se apropriou dos esquemas de reprodução de Marx é de que a autora teria caído em uma teoria subconsumista da crise. Não obstante, a orientação metodológica da autora é mais importante, para o propósito do presente trabalho, do que as avaliações que realiza dos esquemas de reprodução do Livro II d’*O Capital*. Dessa forma, não nos interessa problematizar os erros interpretativos nos quais a autora teria incorrido na formulação da sua teoria econômica.

Não obstante,

Nunca ocorreu a Marx [...] pensar que seus esquemas matemáticos tivessem o valor de *provas* para demonstrar que a acumulação só poderia ter lugar em uma sociedade integrada por capitalistas e trabalhadores. Marx investigou o mecanismo interno da acumulação capitalista, manifestando as leis econômicas concretas que regem esse processo (LUXEMBURGO, 1976, p. 438, grifo da autora).

Dessa perspectiva, a crítica que Rosa Luxemburgo encerra às fórmulas matemáticas dos esquemas de reprodução marxista, é direcionada muito mais aos supostos “guardiões do marxismo” (p. 438), ou seja, àquilo que foi feito da teoria de Marx – cujas “fecundas hipóteses” teriam plantado uma “dúvida criadora” (p.444) – pelas gerações subsequentes de pensadores marxistas. A autora se referia, dentre outros, à concepção rígida e determinista – de caráter parlamentarista – de Kautsky, expoente da social-democracia alemã e da II Internacional⁸ e porta-voz da teoria marxista dentro do movimento operário.

Como a própria Rosa menciona em uma troca de correspondência, o seu interesse em fundamentar economicamente o fenômeno do imperialismo foi instigado por uma problemática política que estava na ordem do dia: a expansão do imperialismo europeu sob os continentes da África e da Ásia. (LUXEMBURGO, 1899, *apud* HUDIS, 2013). A sua teoria do imperialismo reflete, dessa forma, um esforço de dissecar a evolução das forças motrizes do militarismo e do imperialismo do seu tempo. Dessa perspectiva, a dimensão histórica das suas obras econômicas aparece “não como material ilustrativo, mas como condição metodológica da compreensão e da explicação da realidade” (LÖWY, 1975, p.100), sem a qual seria inadequado, para a autora, focalizar o problema da acumulação social em conjunto e, logo, estudar o capitalismo enquanto processo histórico.

A tese da autora é de que a troca que se estabeleceu entre as economias capitalistas e as economias não-capitalistas é a manifestação concreta e histórica do desenvolvimento global do capitalismo, sem o qual não seria possível a realização do capital. Em síntese, a economia capitalista, com sua força expansionista, não existiria, historicamente, em um contexto que não tivesse como prerrogativa o aniquilamento de toda e qualquer forma de produção não-capitalista, isto é, globalmente:

⁸ A I Internacional Comunista, ou Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), foi fundada em setembro de 1864 com o propósito de servir de fórum internacional de discussão dos trabalhadores de organizações operárias de diversos países europeus. O protagonista e mentor da primeira versão desta associação foi Karl Marx. Em linhas gerais, graças à atuação de Marx, a Internacional se tornou “um órgão de síntese política das tendências presentes nos diversos contextos nacionais” a partir de um “projeto de luta comum” (MUSTO, 2014, p.24). As divergências internas decorrentes dos conflitos internacionais europeus, no entanto, enfraqueceram a organização, que foi extinta em julho de 1876. Nas décadas seguintes, o movimento operário construiu novas estruturas de coordenação internacional atreladas aos ensinamentos da AIT. Na sequência, a II Internacional, fundada em Outubro de 1881, foi constituída por partidos e políticos com lideranças, programas políticos e bases de adesão devidamente eleitos em cada país integrante, mas as suas diretivas vinham, sobretudo, da social-democracia alemã. Um dos seus principais expoentes e cérebros pensantes, Kautsky, também figura importante dentro da social-democracia alemã, partilhava de uma concepção rígida do marxismo que, no plano político, se traduzia em um “fatalismo otimista” – noção de que a evolução econômica objetiva do capitalismo levaria “fatalmente” ao socialismo – cuja contrapartida era uma postura inerte em termos da luta revolucionária. A partir da revolução russa de 1905, Rosa Luxemburgo se afasta politicamente de Kautsky e se coloca na defesa da “estratégia da greve de massa fundamentada sobre o princípio da intervenção consciente” (LÖWY, 1975, p.119) e cristaliza as divergências teóricas latentes no interior da social-democracia e da Internacional Comunista.

Assim se explica que desde os primeiros momentos se desenvolvesse, entre a produção capitalista e o meio não capitalista que a envolvia, um processo de intercâmbio no qual o capital, ao mesmo tempo que encontrava a possibilidade de realizar em dinheiro constante a sua mais-valia, para os fins de sua capitalização intensiva, acumulava as mercadorias necessárias para desenvolver sua própria produção [...] A acumulação do capital, vista como processo histórico, caminha, desde o primeiro até o último dia, num meio de formações capitalistas da mais variada espécie, debatendo-se politicamente com elas em luta incessante, estabelecendo também com as mesmas um intercâmbio econômico permanente (LUXEMBURGO, 1976, p. 429; 432).

Esse intercâmbio, no entanto, resultaria na decomposição das formas de produção não-capitalistas. Além dos limites imediatos do entorno (a economia servil do campo, as corporações urbanas),

vamos encontrar depois toda uma vasta área de culturas não-européias, áreas que envolve o capitalismo europeu e lhe oferece uma escala completa de estágios evolutivos vários, tanto abrangendo hordas comunistas mais primitivas, de caçadores nômades e de simples coletores, quanto populações que se dedicam à produção mercantil artesanal e camponesa. É esse o meio em que prossegue a marcha do processo capitalista de produção (LUXEMBURGO, 1984, p. 31)

Ou seja, internamente, se dava a proletarianização das camadas artesanal e camponesa; externamente, as “conquistas” territoriais imperialistas – transformadas em zonas de influência das nações capitalistas –, forneciam, desde o século XIX, novas possibilidades de inversão para o capital acumulado na Europa, assim como novos consumidores para suas mercadorias:

Com a ruína daquelas condições primitivas, de economia natural, camponesas e patriarcais dos velhos países, o capitalismo europeu estimula o intercâmbio de produção de mercadorias, converte seus habitantes em inevitáveis consumidores das mercadorias capitalistas e acelera ao mesmo tempo, em enormes proporções, seu processo de acumulação [...] Desde o começo do século XIX, esses métodos desenvolveram-se paralelamente à exportação do capital acumulado da Europa para os países não-capitalistas do resto do mundo (LUXEMBURGO, 1976, p. 430).

Por se expandir às custas da desapropriação das zonas não capitalistas – e tendo em vista o acirramento da concorrência de capitais no cenário mundial e o esgotamento dessas zonas de acumulação com o tempo –, a globalização do capital não teria condições de se sustentar em suas próprias bases de acumulação na visão de Rosa. Ou seja, o esgotamento das áreas não-capitalistas, devido à expansão imperialista, exauriria o potencial de expansão da economia capitalista e a conduziria à dissolução econômica e politicamente (LUXEMBURGO, 1976, p.430). Não obstante, para os propósitos do presente trabalho, a teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo – e a dinâmica de acumulação do capital – é focalizada a partir do processo de espraiamento do mercado capitalista e do movimento de transposição dos antagonismos do centro para o plano internacional e não a partir da teoria do colapso.

Ao pensar no movimento de acumulação de capital tanto do ponto de vista do mercado interno quanto do mercado externo – ou seja, à forma como o capitalismo subjuga e se associa a formas de produção e de exploração não-capitalistas –, Rosa se destaca do debate marxista tradicional, que focaliza o problema da acumulação apenas sob a perspectiva da dinâmica interna. A diferença entre interno e externo não se refere apenas aos limites territoriais das nações capitalistas, mas à distinção entre consumidor – cujos meios de compra são fornecidos pelo circuito do capital – e comprador – cujos

meios de compra se originam na própria troca mercantil e são fornecidos por fontes próprias, ou seja, não procedem do lucro do capitalista.

Ao afirmar que o capital social total não se limita à soma dos capitais individuais, Rosa Luxemburgo leva em conta, justamente, o terceiro setor representado pelas zonas não capitalistas. A indústria algodoeira, assim como a indústria química e a indústria ferroviária inglesas ilustram essa ideia. Para além da relação entre as indústrias de meios de consumo e de meios de produção, o consumo das camadas sociais à margem do circuito do capital (internamente) e de países não-capitalistas (externamente) exerceram um papel fundamental na realização da mais-valia de todos os principais setores da indústria britânica, assim como dos setores correlatos de meios de produção. (MARIUTTI, 2016)

Como destaca Mariutti (2016), o ímpeto expansionista do capitalismo se daria em um duplo sentido: i) na capacidade de se alastrar geograficamente; ii) na adequação de todas as esferas da vida social à lógica da acumulação. Desse duplo movimento, derivaria a tendência do capitalismo de colonizar formas de vida estranhas à dinâmica de valorização do capital por meio da incorporação de todos os demais modos de produção ao seu metabolismo. O capitalismo seria, nesse sentido, a primeira forma econômica que tenderia a se impor como modo de produção único e exclusivo.

A incorporação de áreas externas ocorria, na maior parte das vezes, por apropriação violenta dos meios de produção – seja via articulação com os sistemas locais de dominação, seja por algum mecanismo mais rudimentar – e a partir desse movimento é que o capitalismo se constituiu como motor de produção universal. A reflexão sobre as comunidades primitivas pode simbolizar, dessa perspectiva, um ponto de partida para se pensar a teoria do imperialismo da autora, na medida em que o capitalismo destrói, no seu ímpeto expansivo, formas de vida que oferecem resistência à mercadorização e que são representadas, emblematicamente, por essas comunidades.

Um trecho do texto *Reforma ou Revolução?* ilustra a dinâmica de incorporação das zonas não capitalistas ao processo de acumulação de capital das nações capitalistas desenvolvidas e dos conflitos intercapitalistas que dele derivam:

Se é a política mundial o teatro de conflitos ameaçadores, não é tanto por se abrirem novos países ao capitalismo, mas sim por se terem já os antagonismos europeus existentes transportados para os outros continentes para ali explodir. O que hoje se antepõe de armas em punho, quer seja na Europa ou em outros continentes, não são de um lado países capitalistas e de outros países de economia natural, e sim Estados levados ao conflito precisamente pela identidade de seu alto desenvolvimento capitalista (LUXEMBURGO, 2010, p.55-6)

Conforme sublinha Mariutti (2016), os efeitos sistêmicos dessa rivalidade interestatal do capitalismo desenvolvido se dariam em dois planos: o do antagonismo entre as grandes potências e o do transbordamento das tensões intercapitalistas para a periferia não-capitalista. Ou seja, a internacionalização do capital levaria consigo as contradições próprias do sistema capitalista, qual seja, os antagonismos de classe e os conflitos interestatais resultantes do desenvolvimento desigual das nações capitalistas. A projeção desses conflitos nas zonas não-capitalistas diluiria as relações sociais e as formas de propriedade das comunidades primitivas e sociedades não-capitalista.

A partir desse reconhecimento, vale destacar que, embora submissas ao processo de valorização do capital das nações capitalistas, muitas dessas regiões se tornaram fonte de correlações de forças complexas que, a partir das revoluções anticoloniais, fizeram surgir configurações alternativas de capitalismo – com elementos políticos impostos pela dominação capitalista e por reivindicações contrárias à essa dominação já emergente:

Rosa não restringe o foco apenas à rivalidade entre as grandes potências, como usualmente se faz. Ela também leva em consideração o extravasamento das tensões para a periferia, a zona do “transplante dos conflitos europeus”, regiões que não são meramente passivas pois, uma vez incorporadas à órbita do capital, surge a possibilidade – como fora o caso do Japão – em constituir um processo acelerado de industrialização acoplado ao expansionismo imperialista (MARIUTTI, 2016, p.106)

Não obstante, o vínculo indissolúvel entre violência e acumulação capitalista, ou seja, “o recurso estrutural à violência”, constitui para Mariutti (2016) um aspecto prevaemente do capitalismo, identificável desde suas formas iniciais até sua fase mais contemporânea. Inicialmente calcado no poderio militar das nações capitalistas, a sujeição das nações não-capitalistas, a maioria das quais se transformou no que se convencionou chamar de países “subdesenvolvidas” ou “emergentes”, assumiu novas formas, menos baseadas na força bruta e mais na força institucional financeira das relações capitalistas contemporâneas. É importante notar, ainda, o lugar que Rosa Luxemburgo ocupa na antecipação da problemática centro-periferia, ou seja, de como a reflexão da autora constitui um ponto de partida para se pensar a evolução das relações entre as nações capitalistas e as suas zonas de influência para formas de dependência mais complexas e intermediadas.

A contribuição da obra de Rosa Luxemburgo para o debate contemporâneo consiste em destacar o percurso histórico do imperialismo desde a acumulação primitiva até a configuração do imperialismo moderno sob o princípio da absorção de zonas periféricas – o que se deu e continua se dando por meio de mecanismos políticos de apropriação. Nesse sentido, para Albo (2016), a chamada “acumulação primitiva”, a qual Marx se refere no volume I de *O Capital*, não se limita à gênese do capitalismo, já que mesmo na sua forma mais avançada, o capitalismo continua dependendo da incorporação de estratos não capitalistas ao seu metabolismo para sobreviver.

A teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo é comumente interpretada como uma teoria do colapso, sendo importante pontuar que Rosa oscila entre uma postura determinista e uma postura não-determinista – a oposição costuma ser feita em termos do determinismo economicista da sua obra econômica *versus* o indeterminismo libertário dos seus textos políticos. Nettl (1966), por exemplo, chega a apontar que existe uma contradição entre a “sofisticada dialética política” da autora e sua “posição algo esquemática em assuntos econômicos”. Na mesma direção, para Hudis (2010), sua defesa implacável da energia revolucionária das massas não se acomoda à sua teoria da acumulação.

Apesar do posicionamento desses autores e a partir do nosso reconhecimento de que existe uma tensão em toda a obra de Rosa Luxemburgo (e não apenas entre os textos econômicos e os textos políticos), o nosso trabalho se alinha com a visão de Löwy (1975), para quem a autora não necessariamente se inclinaria para uma concepção fatalista da história ao assumir a defesa da “teoria do colapso” em seus textos econômicos. Como a própria Rosa reitera inúmeras vezes, não se trata da defesa de um “colapso inevitável regido por determinações econômicas” (Mariutti, 2016, p.117), mas de uma tendência:

O imperialismo tanto é um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro para pôr objetivamente um ponto final em sua existência. Isso não quer dizer que esse ponto terá de ser alcançado obrigatoriamente. (LUXEMBURGO, 1984, p.83)

Ainda que postule a inevitabilidade do socialismo como alternativa histórica ao contraditório sistema capitalista – que assume a sua forma mais acentuada sob o imperialismo – a sua defesa da teoria marxista não equivale à defesa de um guia infalível

para o direcionamento da luta, mas à importância do elemento teórico, fornecido pelo marxismo, no esclarecimento das condições da própria luta para o sujeito proponente desse processo, o proletariado.

2. SOCIEDADES PRÉ-CAPITALISTAS E NÃO-CAPITALISTAS: A CONTINUIDADE REVOLUCIONÁRIA ENTRE PASSADO E FUTURO

Para entender a importância das comunidades primitivas, é interessante destacar como a autora diferencia a dinâmica da economia natural da dinâmica da economia mercantil. Por “economia” se entende a reprodução dos meios e formas de vida de dada sociedade, por “natural”, as economias cujas relações sociais de produção não são intermediadas pelo mercado – o que não exclui a possibilidade de que haja algum tipo de mercado de excedentes, por exemplo. Ao olhar para essas comunidades, Rosa Luxemburgo encerra uma crítica ao mercado capitalista e às formas de sociabilidade engendradas por ele e, ao mesmo tempo, identifica, nessas comunidades, uma dinâmica diferente do padrão das sociedades capitalistas. Essa definição por contraste fornece, à análise da autora, os elementos necessários para se pensar em outras formas possíveis de organização da vida social, o que exerceria um papel fundamental na luta prática contra o capitalismo e em prol de novas formas de sociabilidade.

Além disso, a crítica à política colonial de degradação das formas de vida primitivas constitui um dos pontos de partida da teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo, conforme apontado na seção anterior. Ao adotar o comunismo primitivo como referência para criticar o capitalismo, Luxemburgo sugere uma nova maneira de conceber o passado e o futuro que “consiste em encontrar e ‘salvar’ do passado primitivo tudo o que possa prefigurar o socialismo moderno” (LÖWY, 2015b, p.89). Essa discussão ajuda a pensar como a lembrança de um passado longínquo permite fecundar as aspirações revolucionárias presentes no pensamento político de Rosa Luxemburgo e de que forma o comunismo primitivo pode constituir uma prefiguração da práxis moderna.

O interesse no impacto da expansão da acumulação do capital sob as formas de organização social não capitalistas constitui o fio condutor da sua obra sobre o imperialismo, *A Acumulação do Capital*, mas é na *Introdução à Economia Política* – obra póstuma e fruto do material das conferências ministradas durante o período em que lecionou na escola do Partido Social-Democrata (SPD) em Berlim – que as comunidades primitivas constituem, mais propriamente, objeto de investigação da autora.

De acordo com Hudis (2010), quando vistos em conjunto, os escritos sobre economia política e história econômica, que compõem o material dos cursos que ministrou na escola do partido, fornecem uma visão mais abrangente da relação que Luxemburgo estabelece entre áreas capitalistas e não-capitalistas ao formular a sua teoria do imperialismo. Os estudos sobre as sociedades pré-capitalistas é central para o desenvolvimento do argumento de que o fenômeno do imperialismo é inseparável da própria natureza do capitalismo e de que consiste em uma necessidade social e econômica da reprodução do capital, cujo ímpeto expansivo teria como princípio o extermínio das formações sociais comunais. O imperialismo seria, dessa perspectiva, não apenas instrumento de poder da política colonialista nas nações europeias, mas uma necessidade social e econômica da reprodução capitalista e da sua “lei de movimento” (HUDIS, 2010, p. 77).

Insubmissa à tradição marxista da sua geração, que partilhava de uma visão muito mais científica e progressista do curso da história⁹ – e, por esse motivo, ressaltava o atraso dessas comunidades frente ao curso inexorável da história que conduziria ao socialismo – Luxemburgo se dedicou a identificar as características positivas dessas formas de organização social, sublinhando a sua “extraordinária tenacidade e estabilidade [...] elasticidade e adaptabilidade”, atributos que deveriam servir como referência para a articulação de outras formas mais justas de organização da sociedade (HUDIS, 2010).

De acordo com Hudis (2010), no entanto, ao discutir o processo de diferenciação interna de algumas das comunidades a que faz referência¹⁰, Luxemburgo aponta os fatores internos que conduziram essas comunidades agrárias à dissolução. Ou seja, ainda que enxergue nas comunidades primitivas os prenúncios de uma prática emancipatória – socialista – moderna, Luxemburgo não deixa de ser crítica às características socialmente regressivas de algumas dessas formações comunais e ressalta a dinâmica do desenvolvimento interno como um dos proponentes do processo de fragilização e desintegração das suas estruturas.

A disputa territorial entre as próprias comunidades/clãs vizinhos – “que deviam mesmo ser levadas periodicamente [...] a entrarem em conflito mortal de interesses com outras comunidades do mesmo gênero” (LUXEMBURGO, s/d, p. 205) – deram ensejo a guerras militares em âmbito local e, como consequência, à desagregação desses grupos – que, com o tempo, minaram os seus principais fatores de coesão social: a propriedade comum da terra e a distribuição equitativa da produção –, tornando-os presas fáceis da dominação militar das nações imperialistas:

Pela sua própria evolução, a sociedade comunista primitiva conduz à desigualdade e ao despotismo [...] Sob qualquer ponto de vista, o que é fatal para as relações sociais primitivas é a penetração da civilização europeia. [...] o capitalismo europeu priva a ordem social primitiva do seu fundamento. Pior que toda a opressão e toda a exploração é a anarquia total e um fenômeno especificamente europeu: a insegurança da existência social [...] perante o avanço do capitalismo, a sociedade primitiva que sobreviveu a todas as fases históricas anteriores, capitula. Os seus últimos vestígios foram banidos da superfície da terra e os seus elementos [...] foram absorvidos pelo capitalismo. A sociedade comunista primitiva desapareceu [...] e deu lugar a novas perspectivas de desenvolvimento (LUXEMBURGO, s/d, p. 249-251).

A hierarquização social e a diferenciação de classe decorrente da divisão do trabalho no seio da sociedade primitiva – o nível primitivo da agricultura fixava níveis muito baixos de produtividade do trabalho, o que “provocava periodicamente conflitos de interesses entre os diferentes grupos sociais” – teria conduzido “mais ou menos depressa à inevitável ruptura da igualdade política e econômica”. Ao ceder lugar, internamente, à propriedade privada e a formas de trabalho baseadas na exploração e na servidão dos grupos de comunidades anexadas nas guerras, ou até mesmo pela subjugação de setores menos favorecidos dentro de uma mesma aldeia, as próprias comunidades

⁹ É válido ressaltar, no entanto, que Rosa Luxemburgo oscila entre uma postura determinista e uma postura não-determinista. Ao apontar, por exemplo, que a luta de classes se dá enquanto “reflexo ideológico da necessidade histórica objetiva do socialismo, que resulta da impossibilidade econômica objetiva do capitalismo ao atingir uma determinada etapa de seu desenvolvimento” (LUXEMBURGO, 1976, p. 446), a autora acomoda a visão unilinear e evolucionista do marxismo constituído da Segunda Internacional. Dessa forma, a absorção das áreas não capitalistas pelas nações imperialistas é, de acordo com Hudis (2010), apresentada, por vezes, como uma inevitabilidade histórica virtual.

¹⁰ A *marka* germânica, a *obschtina* russa, a civilização Inca pré-colombiana e os clãs da África subsaariana são algumas das comunas/civilizações primitivas a que a autora faz referência. Para uma discussão mais aprofundada, consultar os capítulos II e III da *Introdução à Economia Política*.

agrárias primitivas teriam rompido com a igualdade política e econômica e com a tenacidade social que prefiguraria, para Luxemburgo, a práxis política do proletariado moderno (LUXEMBURGO, s/d, pp. 205, 243):

O resultado da submissão de uma comunidade comunista primitiva por outra é, com o tempo, sempre o mesmo: os laços comunistas tradicionais desagregam-se e forma-se uma nova sociedade em que a propriedade privada, a exploração e a desigualdade se engendram reciprocamente (LUXEMBURGO, s/d, p. 210).

A crítica de Luxemburgo à idealização do passado primitivo condiz, em vários aspectos, com os escritos de Marx sobre as sociedades pré-capitalistas, ainda que, muito provavelmente, não tenha entrado em contato com a maioria desses textos¹¹. Assim como nossa autora, Marx enfatizou o dualismo que marcava algumas dessas formações comunais e que contribuiu para o seu processo interno de dissolução. Para Hudis (2010), ao discorrer sobre as comunidades indígenas pré-colombianas, por exemplo, Marx, enxerga, por um lado, na interação coletiva e no princípio da reciprocidade que compunham aquelas sociedades, o embrião da sociedade socialista do futuro; por outro, ressalta que as desigualdades sociais patentes e as hierarquias incipientes, mas presentes – de caráter patriarcal, sobretudo – contrastaria com o projeto moderno de sociedade emancipada que pressupõe uma coletividade muito mais ampla e não apenas baseada em laços consanguíneos:

If the comunal element won out over the incipient relations of hierarchy and patriarchy, then it was possible, Marx held, for it to serve as the basis for socialism – provided that there was also a proletarian revolution in the West. However, if the comunal element fell victim to its incipient relations of hierarchy and patriarchy, either due to external factors (like imperialism) or internal ones (like the repression of women’s freedom by the ‘indigenous’ community) then it would not and could not serve as a basis for a future socialista society. ‘Everything depends on the historical context in which it finds itself’ he wrote (Marx 1983a, 110). And by ‘historical context’ Marx did not mean only ‘material conditions’ or abstract ‘laws of history’ but social revolution – the conscious intervention of human subject that tries to resolve social contradictions. (HUDIS, 2010, p. 83).

Ao abordar o estudo da histórica econômica – e, por conseguinte, das formas que as relações econômicas assumiram desde as sociedades comunistas primitivas até às formas de exploração moderna do capitalismo –, Luxemburgo concebe a economia capitalista como fenômeno histórico com passado e com futuro (o socialismo). A ênfase da análise na projeção da dissolução do capitalismo – e não apenas na explicação do seu desenvolvimento histórico – é evidente tanto na sua teoria marxista do imperialismo quanto em seus estudos em economia política. Ao analisar as comunidades primitivas, a autora evidencia as contradições internas (elementos portadores) que conduziram o processo de dissolução daquela ordem:

In analyzing the “primitive” communist societies [...] she shows how “private property, class rule, male supremacy, state compulsion, and compulsory marriage” arose out of the internal dissolution of early comunal bounds (HUDIS, 2013, p. 19).

¹¹ As principais obras nas quais Marx traz sua visão sobre o comunismo agrário das civilizações primitivas são *Notebooks on Kovalevsky*, *Ethnological Notebooks* e *Grundrisse*. (HUDIS, 2010), Não há nenhuma evidência de que Rosa Luxemburgo tenha entrado em contato com essas obras, mas o fato é que ambos se referenciam na obra de Henri Lewis Morgan.

A partir desses fatores, Luxemburgo identifica o que seria um “princípio de dissolução”, também presente no capitalismo. Conquanto, o que diferenciaria o modo de produção capitalista dos seus predecessores históricos seria a sua tendência à expansão global e continuada e o princípio de aniquilamento – “pulsão destrutiva” – de outras formações sociais. Ao tratar o imperialismo como antecessor e gestador da grande crise que conduziria ao colapso o capitalismo, a autora deduz o socialismo moderno da necessidade histórica de superação do acúmulo de contradições que a sociedade capitalista carrega:

Só quem se apercebe das particularidades econômicas da sociedade comunista primitiva, e as próprias características da antiga economia escravagista e da economia medieval de servidão, pode perceber verdadeiramente porque é que a sociedade capitalista oferece, pela primeira vez, uma possibilidade de realizar o socialismo e compreender a diferença fundamental entre a economia socialista mundial do futuro e os grupos comunistas primitivos da Pré-Histórica. [...] Examinada mais de perto, a evolução do capitalismo leva-o ao seu próprio declínio, leva-o além do capitalismo [...] basta seguir as leis internas da dominação do capital nos seus efeitos ulteriores. São estas leis que elevadas a um certo nível de desenvolvimento se voltam contra as condições fundamentais sem as quais a sociedade humana não pode existir. O que distingue o modo de produção capitalista dos modos anteriores, é a sua tendência interna a estender-se a toda a terra e a expulsar qualquer outra forma de sociedade mais antiga (LUXEMBURGO, s/d, p. 193, 343-344).

De acordo com Löwy, “ao introduzir formas mais brutais, mais abertas e mais cínicas de exploração, o modo capitalista de produção favorece o desenvolvimento da consciência e da luta de classes dos oprimidos”, isto é, rasga o véu que ocultava a exploração nas sociedades pré-capitalistas (2015b, p.120). Ao fornecerem as condições materiais necessárias para a revolução proletária, as relações de exploração modernas são vistas como simultaneamente opressoras e libertadoras. Dessa perspectiva, o anti-capitalismo de Rosa Luxemburgo, assim como o de Marx, visa não a negação da civilização industrial burguesa moderna, mas sua *Aufhebung* [superação] – negação das devastações sociais e manutenção das conquistas relativas ao desenvolvimento das forças produtivas. A superação dialética do capitalismo projeta, desse modo, não um retorno ao passado, mas uma forma superior de organização social que combina os avanços técnicos da sociedade capitalista com as qualidades das comunidades pré-capitalistas (LÖWY, 2015b).

A autora defende a noção de que “todos os estágios que precedem a ordem econômica capitalista não são simplesmente meras formas de “subdesenvolvimento” em relação ao coroamento da criação, o capitalismo, mas sim diferentes tipos de economia, com igual status *histórico*” (LUXEMBURGO, 2011b, p.151). A crítica romântica na abordagem marxista, ainda que vinculada à nostalgia do passado, pode assumir uma dimensão autenticamente revolucionária. A escolha política de um passado distante enquanto prefiguração do socialismo moderno parte da suposição de que a civilização industrial-capitalista retrocedeu, do ponto de vista humano, em relação às comunidades do passado. O interesse de Luxemburgo, assim como o de Marx, pelas comunidades primitivas, consiste no resgate das qualidades sociais dessas formações que se perderam nas civilizações modernas, e que prefiguram certos atributos de uma futura sociedade comunista (LÖWY, 2015b).

Embora exalte os aspectos positivos do comunismo primitivo como contraponto à sociedade burguesa, conforme já ressaltado, Rosa Luxemburgo também aponta suas limitações e contradições. Ao confrontar a civilização industrial capitalista com um passado comunitário, a autora rompe com o evolucionismo linear, o “progressismo” positivista e todas as interpretações “modernizadoras” do marxismo que predominavam

em sua época. Para Löwy, Rosa Luxemburgo sugere “uma maneira diferente de conceber o passado e o presente, a historicidade social, o progresso e a modernidade” (LÖWY, 2015b, p. 137).

A análise evolutiva das formações sociais das sociedades comunistas primitivas se opõe às visões progressistas lineares que obedecem ao esquema eurocêntrico de sucessão feudalismo-capitalismo-socialismo. A crítica à noção burguesa do “caráter eterno da propriedade privada e da sua existência desde o início dos tempos” (LÖWY, 2015b, p. 132) – e à sua incapacidade de conceber qualquer formação social que não se assemelhe à civilização capitalista – e a fixação do comunismo primitivo como ponto de referência histórico de crítica ao capitalismo, constitui o ponto de partida da problemática central da obra *Introdução à Economia Política*, a destruição das comunidades primitivas. A relevância da contribuição de Rosa Luxemburgo ao investigar o impacto da expansão capitalista sob outras civilizações, frente ao marxismo da sua época, é o ponto de partida histórico da crítica que estabelece à política (colonial) de degradação de formas de vida primitivas.

Para Löwy, Luxemburgo se referencia nos aspectos positivos do comunismo primitivo enquanto via de denúncia dos “aspectos ignóbeis e socialmente regressivos da colonização capitalista”, mas “ênfatisa os limites históricos das comunidades tradicionais em geral e sua necessidade de superação” ao insistir na “diferença fundamental entre a economia socialista mundial do futuro e os grupos comunistas primitivos da pré-história” (2015a, p.95). Ou seja, a convergência revolucionária entre o antigo e o novo comunismo se daria, nesse sentido, muito mais do ponto de vista analítico do que enquanto referencial romântico.

Isabel Loureiro traça, ainda, um paralelo entre os estudos sobre as comunidades primitivas e a concepção de massas de Rosa Luxemburgo. A importância que a autora atribui ao espontaneísmo das massas instintivas em seus textos políticos, na interpretação de Loureiro, dialoga com a defesa dos povos primitivos que faz na *Introdução à economia política*: “São essas massas simples, heróicas, indomadas, semelhantes a uma força da natureza, vida em estado puro, que Rosa vê agir na revolução russa” (1995, p.58). Essa potência das massas, cujas virtudes remontaria às comunidades primitivas, aparece em oposição à violência da sociedade contemporânea e encerra um certo sentido de emancipação que atravessa o horizonte histórico de determinada organização social. Nesse sentido, as massas primitivas se assemelhariam às massas incultas e despolitizadas, que alcançam a consciência dos seus objetivos na ação e do papel histórico que carregam. No comunismo primitivo, a organização e o poder da coletividade sobre o indivíduo estariam fundados na posse comum da terra; no socialismo do futuro, não obstante, o sentido de coletividade estaria para além da posse dos meios de produção:

Segundo essa concepção, o comunismo do futuro, ou o “futuro socialista” seria a *Aufhebung* do comunismo primitivo: conservaria a propriedade coletiva dos meios de produção, o planejamento da economia, o trabalho e a administração coletivos, base da transparência e da harmonia sociais, mas, ao incorporar os direitos humanos, levaria em conta uma aquisição indispensável da humanidade, a noção de indivíduo portador de direitos humanos, superando assim o comunismo primitivo. O comunismo futuro não aniquilaria o indivíduo em nome da coletividade, mas permitiria a sua efetiva realização como indivíduo livre e igual no interior da coletividade. Haveria, pois, uma mediação recíproca entre indivíduo e coletividade e, nesse sentido, o futuro da humanidade conservaria e superaria o passado. Rosa pretende assim mostrar que os primitivos – quer os povos antigos, quer as massas

incultas – têm algo a ensinar aos civilizados: o comunismo e a revolução (LOUREIRO, 1995, p. 61).

A noção de que o novo está contido no velho faz alusão a certo um finalismo histórico. A “dialética da história” primeiro aponta a teleologia existente na história e, segundo, indica o processo de desalienação das massas mediante a sua própria experiência” (LOUREIRO, 1995, p. 64). Em outras palavras, a conformação do plano da contingência na ação não deixa de imprimir, dessa perspectiva, um certo sentido principal da história:

A práxis é o elo dialético entre o passado e o futuro, entre as possibilidades abertas pelo processo histórico e sua realização. Os homens (e mulheres) fazem sua história, em limites impostos pelo desenvolvimento econômico e social, numa situação dada, em condições determinadas, mas são eles que a fazem – por sua práxis revolucionária, ao mesmo tempo causa e consequência do processo histórico (LÖWY, 1978, p. 102, trecho adaptado).

Essa visão está alinhada, ainda, com o pressuposto da aglutinação das lutas proletária e anticolonialista na luta contra o imperialismo e com a noção de que o capitalismo só poderia ser superado no plano mundial. A dimensão revolucionária dos confrontos entre o capital e as comunidades primitivas se daria, nesse sentido, devido ao refluxo da “luta decisiva pela expansão dos territórios que constituem seu objeto aos países de origem. Dessa maneira o imperialismo faz que a catástrofe, como forma de vida, retraia-se da periferia da evolução capitalista para o seu ponto de partida” (LUXEMBURGO, 1976, p.514). Ainda que se aproxime, em alguns momentos, de uma visão determinista, a sua oposição veemente ao imperialismo – e ao marxismo modernizador, evolucionista e admirador do progresso capitalista-industrial – e a exaltação das virtudes das formações comunais pré-capitalistas – não de forma idealizada, mas em oposição aos efeitos deletérios do capitalismo –, emblematizam a importância de Rosa Luxemburgo para o marxismo revolucionário e o seu esforço de retorno ao marxismo original apontado por Lukács.

CONCLUSÕES

Revisitar o pensamento de Rosa Luxemburgo enseja um debate sobre o seu legado teórico-econômico e prático-político, não enquanto emulação da sua estratégia revolucionária, nem pelas respostas dadas aos dilemas atuais (SCHULMAN, 2013), mas a fim de colocar as inquietações teóricas propiciadas, nesse caso, pela sua teoria do imperialismo e à forma como ela concebe a relação passado-futuro, a historicidade social, o progresso e a modernidade (LÖWY, 1978; 2015b, p.137). Nas palavras de Patrícia Piozzi: “O pensamento de Rosa Luxemburg [...] encontra seus limites bem definidos no *Zeitgeist* (espírito da época), mas, ao mesmo tempo, transcende-o” (1991, pp. 9-10).

A forma como a autora antecipa algumas questões revela a atualidade do seu pensamento. Desde o nazismo alemão, manifestação da barbárie que resultou da derrota do socialismo – nesse sentido a *Brochura Junius*¹² é quase profética –, até a arquitetura do capitalismo contemporâneo, no que tange à relação de dependência que se reproduz entre as nações “desenvolvidas” e às que se convencionou chamar de “subdesenvolvidas”,

¹² A brochura *A crise da social-democracia* foi escrita por Rosa Luxemburgo na prisão, em 1915, e publicada, em 1916, sob o pseudônimo Junius. Por esse motivo, é comumente chamada de *Brochura Junius*. Na *Brochura Junius*, Rosa lança a palavra de ordem do “socialismo ou barbárie”, a partir da qual admite que, diante das circunstâncias dadas, havia duas únicas opções objetivas: o avanço ao socialismo (revolução) ou o regresso à barbárie (a guerra).

muitas delas antigas formas de comunismo primitivo.¹³ A atualidade do debate sobre o imperialismo – que ocupa o centro da obra teórica mais importante da autora – justifica, inclusive, a importância de se estudar Rosa Luxemburgo na contemporaneidade. Reconstituir as teorias clássicas da tradição marxista ligadas à formulação do conceito de imperialismo, mais especificamente aquelas que se notabilizaram por atrelar o fenômeno ao desenvolvimento do capital financeiro global, como a de Rosa Luxemburgo, é crucial para entender a conformação da dependência estrutural que persiste nas relações de espoliação que emblematizam o desenho institucional centro-periferia.

Albo (2016) elenca alguns elementos teóricos do pensamento de Rosa Luxemburgo que iluminam o debate atual sobre o imperialismo, dos quais quatro são especialmente ilustrativos para os propósitos deste trabalho. Primeiro, os princípios da interdependência e diferenciação que caracterizam a sua teoria do desenvolvimento desigual. No pensamento de Rosa, esses princípios resultam em uma visão do fenômeno do capitalismo na qual a acumulação é teorizada não apenas como uma relação entre ramos produtivos, mas primariamente como uma relação entre o capital e seu entorno não-capitalista, que faz da diferenciação um atributo das relações interestatais das nações imperialistas. Em segundo lugar, a competição internacional enquanto aspecto histórico central das relações interestatais das nações capitalistas. A subordinação da esfera produtiva à esfera financeira, por exemplo, aparece, nesse sentido, como dimensão integral da relação entre as formas locais de produção de valor e o fluxo global de capital do mercado mundial. Terceiro, a competição internacional na luta competitiva por esferas de influência como resultado não da ação de um estado individual, mas como produto da rivalidade interestatal do núcleo duro (articulista) do capitalismo. Quarto, o alargamento da complexidade da internacionalização do capital e, logo, das contradições das relações inter-imperialistas embebidas no mercado mundial.

O ímpeto expansivo do capitalismo criou um mercado mundial alicerçado em novos processos de valorização do capital e assente em novos dispositivos econômicos e políticos – distintos dos vigentes na articulação interestatal do início do século XX. Essa nova configuração ultrapassa o escopo da teoria de Rosa Luxemburgo em muitos aspectos, no entanto, é possível identificar, conforme elencado acima, algumas ideias do seu pensamento que são pertinentes para se pensar a configuração contemporânea do capitalismo. A discussão acerca das comunidades primitivas é, ainda, muito fértil na medida em que se desassocia da perspectiva de tempo histórico linear e do progressismo do marxismo ortodoxo, ao mesmo tempo em que, ao refletir sobre a possibilidade de outras formas possíveis de existência social, representa uma aposta num futuro emancipatório.

¹³ Na *Introdução à Economia Política*, as atenções da autora se voltam, inclusive, para algumas formações comunais da Índia, norte da África, além de comunidades ameríndias da América.

BIBLIOGRAFIA

ALBO, Greg. Rosa Luxemburg and Contemporary Capitalism. In: J. Delheim, F.O. Wolf (eds.). *Rosa Luxemburg: A Permanent Challenge for Political Economy*. London: Macmillan Publishers, 2016.

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, s/d;

DELLHEIM, J.; WOLF, F.O.; BRANGSCH, L. Foreword. In: J. Delheim, F.O. Wolf (eds.). *Rosa Luxemburg: A Permanent Challenge for Political Economy*. London: Macmillan Publishers, 2016.

GOSSE, Van. Defining the New Left. In: Van Gosse. *Rethinking the New Left: An Interpretative History*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

HUDIS, Peter. *Accumulation, Imperialism, and Pré-Capitalist Formations Luxemburg and Marx on the non Western World*. *Socialist Studies: the Journal of the Society for Socialist Studies*, 2010.

HUDIS, P; ANDERSON, K B. Introduction. In: Peter Hudis, Kevin B. Anderson (eds.). *The Rosa Luxemburg Reader*. New York: Monthly Review Press, 2004.

_____. Introduction: The Multidimensionality of Rosa Luxemburg. In: Peter Hudis (ed). *The Complete Works of Rosa Luxemburg*, Vol. 1. 1ª edição. Verso: 2013.

KRÄTKE, Michael. A herança econômica recalcada. In: Jörn Schüttrumpf (org). *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

LOUREIRO, Isabel M. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

LÖWY, Michael. Apresentação ao segundo volume. In: Isabel Loureiro (org.). *Rosa Luxemburgo, Textos escolhidos*. Vol. II, São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. A significação metodológica da palavra de ordem “socialismo ou barbárie”. In: Michael, Löwy. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. A significação metodológica da palavra de ordem “socialismo ou barbárie”. In: Michael Löwy. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Socialismo e liberdade; Imperialismo Ocidental versus comunismo primitivo. In: Jörn Schüttrumpf (org). *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015a.

_____. Marxismo e Romantismo. In: Michael Löwy e Robert Sayre, *Revolta e Melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015b.

LE BLANC, Paul. Introduction: Rosa Luxemburg and the Global Violence of Capitalism. In: Peter Hudis, Paul Le Blanc (eds.). *The Complete Works of Rosa Luxemburg*, Vol. 2. 1ª edição. Verso: 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação de Capital*. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. A Anticrítica ou Crítica dos críticos. In: Rosa Luxemburgo. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. A Sociedade Comunista Primitiva. In: Rosa Luxemburgo. *Introdução à economia política*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

_____. A Dissolução da Sociedade Comunista Primitiva. In: Rosa Luxemburgo. *Introdução à economia política*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

_____. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARIUTTI, Eduardo. Rosa Luxemburgo – Violência, Acumulação Capitalista e Imperialismo. In: *Violência e Imperialismo: as interpretações de Rosa Luxemburgo e John Hobson e suas implicações para o debate contemporâneo sobre o imperialismo*, 2016.

NETTL, John Peter. *Rosa Luxemburg*. Vol. 2. London: Oxford University Press, 1966.

PARK, Julian F. On the historical conditions of Accumulation. In: J. Delheim, F.O. Wolf (eds.). *Rosa Luxemburg: A Permanent Challenge for Political Economy*. London: Macmillan Publishers, 2016.

PIOZZI, Patrícia. Notas sobre o problema da Liberdade em Rosa Luxemburg. In: Isabel Maria Loureiro; Tullo Vigevani (org). *Rosa Luxemburg A recusa da alienação*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

SCHULMAN, Jason. Reintroducing Red Rosa. In: Jason Schulman (org.). *Critical political theory and radical practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.